

Judiciário quer o Parlamento ativo, diz Gilmar Mendes

Presidente do STF visita o Senado e afirma que o tribunal não tem “devaneios” de substituir o Legislativo. Ministro reconhece que as MPs são indispensáveis, mas sua edição precisa ter limites

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes – ao ser recebido ontem por Garibaldi Alves –, disse que o Judiciário “não tem devaneios de substituir o Parlamento”. Referia-se a críticas de que o Judiciário, ao normatizar assuntos de grande interesse social, como o fim do nepotismo, estaria preenchendo um vácuo deixado pela

demora do Parlamento em votar matérias sobre esses temas. “Queremos um Legislativo em funcionamento, ativo”, afirmou o ministro.

Gilmar Mendes observou que o país não pode dispensar as medidas provisórias, “mas elas devem ficar limitadas a assuntos urgentes e relevantes”. O presidente do STF defendeu ainda isonomia salarial entre os três Poderes. **3**



Jane Araújo

Gilmar (E) e Garibaldi falam de pacto republicano para atualizar principais leis

Delcídio: Orçamento prevê R\$ 21,2 bi para o PAC

Segundo relator da proposta orçamentária que chegou quarta-feira ao Congresso, recursos devem ser investidos em infra-estrutura logística, energética, social e urbana. São R\$ 3,2 bi a mais do que o programa receberá este ano. **4**



José Cruz

Homenagem a fórum: “Um outro mundo é possível”

Fórum Social Mundial, evento que acontecerá em 2009 em Belém, foi homenageado ontem em sessão especial do Plenário do Senado. São esperadas 120 mil pessoas, representando entidades da sociedade civil, ONGs e movimentos sociais, para discutir formas de combate à exclusão social. **5**

Alvaro Dias (C) preside sessão especial requerida por José Nery (D) em que vários senadores elogiam a decisão de realizar o fórum social na Amazônia

Para Marisa Serrano, Mercosul precisa unificar leis sobre água

Senadora sugere que o Brasil apresente aos países do bloco sua legislação sobre recursos hídricos, que ela considera eficiente. **5**

Demostenes: grampo deverá ser feito só por operadora

Relator da matéria na CCJ, Demostenes Torres afirmou que a quebra de sigilo telefônico terá mais critério e transparência. **4**

Dornelles e Alvaro Dias defendem reforma política

Francisco Dornelles quer a implantação gradual do voto distrital. Para Alvaro Dias, proposta do governo não traz inovações. **2**

Em discursos no Plenário, senadores emitem opinião favorável ao projeto de reforma política preparado pelo governo federal

Dornelles propõe “distritão” para eleição de deputados

O SENADOR FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) apoiou a atitude do presidente Luiz Inácio Lula Silva de propor ao Congresso uma reforma política, e defendeu a implantação gradativa do sistema de voto distrital no Brasil, em que o estado ou município é dividido em distritos, os quais elegeriam seus representantes. No entanto, por considerar difícil essa mudança, Dornelles sugere que a implantação se dê em etapas, sendo, na primeira delas, criado o “distritão” para deputados.

– O atual sistema proporcional, com o coeficiente eleitoral, acaba desestimulando o eleitor, que escolhe um candidato, mas pode acabar elegendo outro. Nas últimas eleições, houve candidato do Rio de Janeiro com 94 mil votos, mas tomou posse na Câmara quem tinha recebido 15 ou 20 mil votos. Pelo “distritão”, tomam posse os mais votados – explicou o senador.

Dornelles disse que não bastará o Congresso promover apenas mudanças pontuais, “como substituir o voto em lista aberta por lista fechada”, pois o sistema “ainda continuará distorcido”. Ele ponderou que o voto distrital “é hoje adotado em quase todos os países democráticos” por permitir ao eleitor fiscalizar os escolhidos pelo “distrito” onde mora. O senador lamentou ainda a morte do ex-ministro e banqueiro Olavo Setúbal, lembrando que ambos foram ministros durante o governo José Sarney.

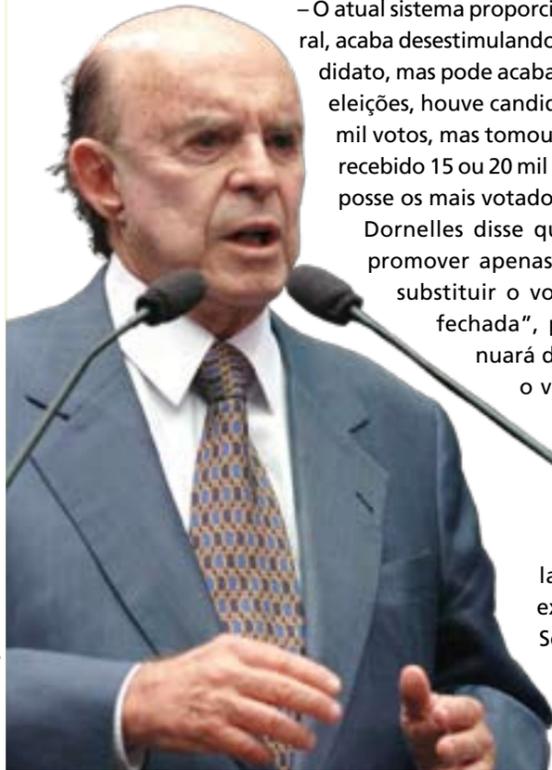


Foto de Geraldo Magela

Para Alvaro Dias, se governo tiver interesse reforma política passa

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) comentou em Plenário duas notícias veiculadas pelos jornais: a primeira, que considerou ruim, dando conta de que o gasto do governo com pessoal chegará no próximo ano a 4,8% do produto interno bruto (PIB). A outra, para ele positiva, informando que o governo apresentaria uma proposta de reforma política radical ao Congresso.

O parlamentar exaltou o envio da proposta, embora considere que o texto não traz novidade em relação aos projetos apresentados por parlamentares, alguns inclusive já aprovados pelo Senado, mas paralisados na Câmara. Alvaro Dias afirmou que, se a proposta não for uma encenação do governo, tem tudo para prosperar, uma vez que a oposição e o povo são favoráveis a mudanças na estrutura político-partidária.

– Se houver interesse do governo, ela passará – enfatizou.

O senador, porém, protestou contra o aumento dos gastos do governo, que, segundo ele, evita fazer uma reforma administrativa.

– Nós vamos manter esse modelo perdulário de governo? Vamos sustentar ações que consomem parte substancial da receita pública, que se agigantou nos últimos anos graças a uma carga tributária gigantesca que esmaga o setor produtivo nacional? – indagou.



Foto de Geraldo Magela

Suplicy: reservas, salários e investimentos em alta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um relato ao Plenário da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ocorrida ontem no Palácio do Planalto, em que foi feito um balanço das realizações do atual governo nos últimos anos.

O evento teve a participação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli; do diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri; e de outras autoridades, informou o senador.

Suplicy destacou as declarações de Luciano Coutinho, para quem o Brasil vem sendo



Suplicy fala sobre balanço de realizações do governo

favorecido por uma política monetária e fiscal que controla a inflação; por um elevado nível de reservas; pelo crescimento da demanda doméstica, do emprego e dos salários; pela expansão dos mercados de crédito e de

capitais; e ainda pelos recursos do setor privado disponíveis para investimentos.

Já José Sérgio Gabrielli, segundo Suplicy, registrou o crescimento dos investimentos da estatal, que saltaram de US\$ 5 bilhões, em 2003, para mais de US\$ 12 bilhões no primeiro semestre de 2008.

Por sua vez, Marcelo Neri, enfatizou a combinação do crescimento econômico com o aumento das oportunidades de emprego, sobretudo com a abertura de 1,8 milhão de vagas nos últimos 12 meses.

Suplicy ressaltou ainda a posse de Juca Ferreira no cargo de ministro da Cultura, ocorrida na tarde de ontem.

Jonas Pereira

Medina não pode ter *status* de refugiado, afirma Demostenes

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) pediu que o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reveja o reconhecimento da condição de refugiado político do ex-jesuíta e guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) Francisco Antônio Cadenas Collazo, conhecido como Padre Olivério Medina. O *status* de refugiado interferiu, disse, na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o pedido de extradição de Medina, garantindo sua permanência no Brasil.

Demostenes afirmou que, pela Lei 9.474/97, o benefício é vedado aos indivíduos que tenham cometido crime contra a paz,

de guerra, hediondo, contra a Humanidade, ou participado de atos terroristas ou tráfico de drogas. Além disso, a concessão pode ser revista “caso seja comprovada a existência de fatos que, se conhecidos quando do reconhecimento, teriam ensejado uma decisão negativa”.

O senador citou matéria da revista *Veja* a respeito de documento do serviço secreto colombiano acusando o padre de participação em quatro ações das Farc, entre 1991 e 1998, que causaram a morte de 95 militares e no seqüestro de 121 pessoas, além de ter negociado armas. Outros documentos indicariam que ele nunca deixou as Farc.

CPI da Pedofilia investiga denúncias de aliciamento

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou requerimento solicitando cópia dos autos produzidos pela Operação Vorax, deflagrada em maio pela Polícia Federal na cidade de Coari (AM). Direcionada inicialmente para a apuração de denúncias sobre fraudes em licitações, a operação apontou o envolvimento do prefeito

de Coari, Adail Pinheiro, e de outras 31 pessoas em crimes como aliciamento de menores e favorecimento à prostituição, além de peculato, formação de quadrilha e sonegação fiscal.

Os denunciados pela Operação Vorax e outros acusados de exploração sexual de crianças e adolescentes no Amazonas deverão ser ouvidos pelos sena-

dores da Comissão de Inquérito quando forem a Manaus para a realização de audiências públicas e tomada de depoimentos. A atividade, ainda sem data marcada, integra plano de trabalho aprovado pelo colegiado para o segundo semestre, o qual inclui diligências em São Luís, João Pessoa, Belo Horizonte, Fortaleza e Natal.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Estão inscritos as senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Marina Silva (PT-AC), e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



Paim participa da mesa de abertura do evento, em 3 de setembro

Foto de Gerardo Magela

Seminário discute o papel dos negros na Independência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto com o governo do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados e entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, promove o seminário *O Negro na Independência do Brasil*, a ser realizado em 3 de setembro.

O evento integra as comemorações da Semana da Pátria, que culmina com o desfile cívico no dia 7 de setembro, na Esplanada dos Ministérios.

O senador Paulo Paim (PT-RS) participará da mesa de abertura do seminário, às 8h30, ao lado do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e de outras autoridades. No período da manhã, a programação do evento inclui debates sobre as consequências da independência do Brasil na África, a política de cotas e a participação do negro no Exército brasileiro. Essa primeira parte do seminário será realizada no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

A partir das 14h30, o evento prossegue na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado. Às 15h20, está prevista palestra do ministro Edson Santos e, às 15h45, o ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, discutirá a legislação referente aos crimes de injúria e racismo. Na última palestra do seminário, com início marcado para as 16h20, serão abordados aspectos referentes à saúde da mulher negra.

Sessão homenageia profissionais de Educação Física

Sessão especial na segunda-feira homenageará a passagem do Dia Nacional do Profissional de Educação Física, instituído em 2006. Proposta por Gim Argello (PTB-DF), a sessão também celebra os dez anos da criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef) e dos conselhos regionais da profissão.

“No dia 1º de setembro se comemora o marco divisório entre a existência somente de fato para a existência de fato e de direito desta importante profissão em nosso país”, afirma o senador em seu requerimento.

Para Gim Argello, a profissão vem ganhando destaque por sua presença na busca de qualidade de vida de toda a sociedade brasileira e mundial.

O senador lembra que o conselho federal e os conselhos regionais de Educação Física “constituem entidade autárquica, responsável por alçar a profissão à colocação ética profissional, em igualdade de condições com as profissões coirmãs da área de saúde”.

Os conselhos foram criados pela Lei 9.696/98, que também regulamentou a profissão.

Gim Argello requereu a sessão, que celebra ainda os dez anos do Confef



Foto de Gerardo Magela

Ministro afirma que o STF não tem devaneios de querer substituir o Legislativo. Em encontro com Garibaldi Alves, ele defende também isonomia salarial entre os Poderes da República

Gilmar Mendes visita Senado e realça autonomia do Parlamento

RECEBIDO NA MANHÃ de ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, deixou a Casa dizendo que o Judiciário não tem “devaneios” de substituir o Parlamento. Referia-se a críticas de que, em razão da demora do Legislativo em votar, o Judiciário estaria preenchendo esse vácuo, normalizando assuntos urgentes e de interesse da sociedade.

– Digo enfaticamente: o Supremo não tem devaneios de se substituir ao Legislativo. Pelo contrário, nos são extremamente caras a autonomia e a independência do Legislativo. Queremos um Legislativo em funcionamento, ativo. O presidente Garibaldi sabe que somos parceiros nessa conversa.

Em entrevista, Gilmar Mendes disse que o país não pode dispensar as medidas provisórias, visto que há matérias que exigem esse tipo de ini-

ciativa. Mas sustentou que elas devem ficar limitadas a assuntos urgentes e relevantes.

– Até porque, nesse modelo atual, a medida provisória, com trancamento de pauta e com a edição de um número elevado [de MPs], é uma roletaria com todas as balas no revólver para o Congresso – observou.

Diálogo

Gilmar Mendes resumiu sua visita a Garibaldi como mais um gesto em favor de constante diálogo sobre questões institucionais, o que inclui medidas provisórias e um novo pacto republicano, um esforço dos Três Poderes para atualização das leis que regem as relações entre as principais instituições. Ele elogiou a iniciativa do presidente do Senado concernente a uma nova disciplina para o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito e disse que a ideia tem grande signifi-

cado para reduzir as tensões que, nas CPLs, costumam surgir entre a ação do Legislativo e a do Judiciário.

O presidente do STF falou ainda sobre o reajuste salarial dos ministros, um projeto que aguarda deliberação na Câmara dos Deputados. Explicou que há uma expectativa da magistratura de que ocorra essa revisão tal como prevista. Saliu que o reajuste é defensável em razão dos últimos índices inflacionários e avaliou que a decisão não provocará o chamado efeito cascata, a não ser no âmbito da Justiça Federal. O ministro defendeu a isonomia salarial entre os Poderes da República.

– Sou favorável a que haja remuneração adequada para os parlamentares, não tenho dúvidas quanto a isso. É preciso haver clareza em relação a isso. Temos uma série de problemas, muitas vezes associados a essa falta de transparência – afirmou.



Jane Araújo

Gilmar Mendes (E), durante o encontro com o presidente Garibaldi Alves, afirma que Congresso não pode ficar refém das medidas provisórias

Garibaldi diz que Legislativo precisa andar mais rápido

Questionado mais uma vez, na manhã de ontem, a respeito da crise suscitada pelas medidas provisórias, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, considerou contraditório que a Casa reclame dessas iniciativas e seja tão lenta para deliberar. Em sua opinião, é a demora nas votações, “por incrível que pareça”, que muitas vezes justifica o abuso na edição de MPs.

Em face do argumento de um jornalista de que o Congresso se queixa das medidas provisórias, mas não hesita em fazer um recesso branco, Garibaldi afirmou que isso não é contraditório.

– Contraditório é quando se torna o processo de discussão e votação muito lento. Não é o caso da próxima semana, que será dedicada aos trabalhos de natureza política junto às bases eleitorais. Não se quer o confronto, o confronto não interessa a ninguém, muito menos à nação brasileira. O Brasil não quer ver esse conflito de Poderes. Agora, se tem que compreender é que o Poder Legislativo precisa

funcionar – avaliou.

O conflito de Poderes mencionado pelo senador consiste na demora do Legislativo em exercer sua prerrogativa de votar leis para o país e na prodigalidade do governo em enviar ao Parlamento medidas provisórias, deliberando sobre mudanças na vida nacional.

– O Congresso não pode mais ficar refém do abuso com relação às medidas provisórias. Não é que não se queira admitir que as medidas provisórias têm o seu papel, mas está havendo uma extrapolação e ontem [quarta-feira] o Plenário deixou isso bem claro, além dos pronunciamentos que eu já vinha fazendo em relação a isso.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de encontrar-se com o presidente Lula para tentar negociar uma posição formal do governo em apoio à proposta de emenda à Constituição que muda o rito das MPs, o presidente do Senado foi claro ao responder que as articulações não cabem a ele.

– A articulação, tanto na Câmara

quanto no Senado, cabe aos líderes. São eles que devem dizer o que deve ser feito. Portanto, eu acho que estamos em um momento crítico, mas que pode ser superado pela compreensão – afirmou.

O senador observou que não contesta a necessidade de o Executivo editar medidas provisórias, mas, sim, o abuso na edição delas.

– O abuso é que torna a situação extremamente delicada, porque o Legislativo precisa deliberar, precisa votar. Estava, está e estará havendo abuso nessa área. É preciso que o Poder Legislativo, é preciso que os colegas, que ontem [quarta-feira] me fizeram tantas advertências, compreendam que precisamos votar.

Na entrevista, Garibaldi Alves declarou ainda que, conforme acordo feito com os líderes partidários, na próxima semana a Casa fará um recesso branco, pois não realizará sessões deliberativas. As próximas votações deverão ocorrer nos dias 10 e 11 de setembro.

Para relator-geral da proposta orçamentária, aumento dos recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento é ponto forte do projeto do Executivo

PAC terá R\$ 21,2 bilhões do Orçamento, ressalta Delcídio

O SENADOR DELCÍDIO Amaral (PT-MS), relator do projeto do Orçamento para 2009, destaca o crescimento dos recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como um dos pontos fortes da proposta que o governo encaminhou quarta-feira ao Congresso. No próximo ano, o programa contará com R\$ 21,2 bilhões do Orçamento Fiscal para aplicação em infra-estrutura logística, energética, social e urbana. São R\$ 3,2 bilhões a mais do que o previsto para o exercício atual.

– As obras estão caminhando, as despesas estão sendo agora reforçadas. O país precisava dessa priorização para garantir base sólida para seu crescimento – afirmou.

Para Delcídio, as áreas da saúde e educação também foram bem valorizadas. Para a primeira, a proposta reservou R\$ 54,7 bilhões, com acréscimo de R\$ 6,9 bilhões em relação a 2008 – os gastos incluem as ações do Ministério da Saúde e as despesas consideradas como de saúde executadas pelas demais áreas de governo. Para a Educação, o reforço será ainda mais expressivo, de R\$ 11,5 bilhões, para atender em 2009 uma despesa total de R\$ 37,63 bilhões.

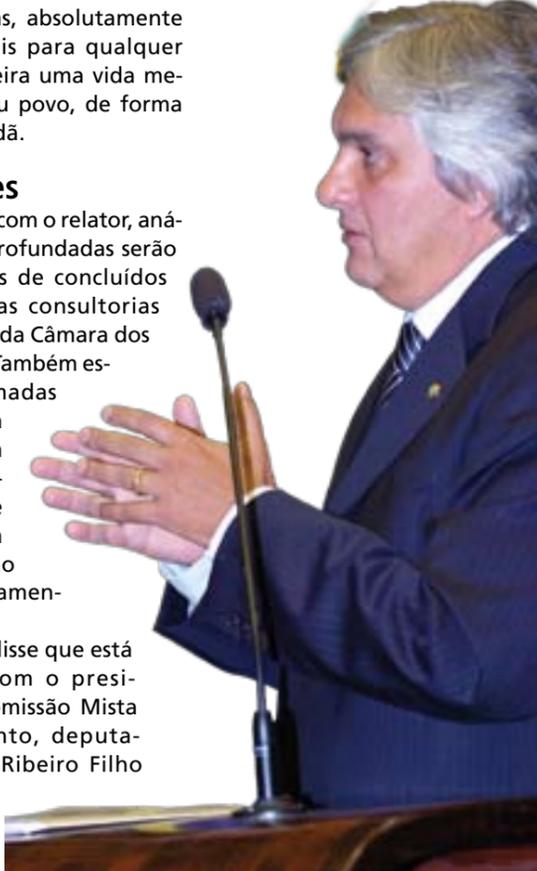
– O governo focou muito bem

as duas áreas, absolutamente fundamentais para qualquer país que queira uma vida melhor para seu povo, de forma digna e cidadã.

Reuniões

De acordo com o relator, análises mais aprofundadas serão feitas depois de concluídos estudos pelas consultorias do Senado e da Câmara dos Deputados. Também estão programadas reuniões, a partir do dia 9, para montagem de cronograma de tramitação da peça orçamentária.

O relator disse que está fechando com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), proposta com todos os pontos que serão definidos nessas reuniões. Os encontros devem envolver a participação do relator de Receitas, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), e os comitês de representantes de líderes partidários e das



Delcídio Amaral destaca os valores para saúde e educação

bancadas dos estados na comissão.

Nas reuniões, será também definido o cronograma das audiências públicas regionais para debater o Orçamento com a sociedade.

Foto de Moreira Mariz

Demostenes: grampo telefônico só será feito pelas operadoras

“O que vai acabar é o grampo ilegal de telefone. Já o grampo legal tende a aumentar, pois será feito com mais critério e transparência, e inclusive com mais envolvimento do juiz”, afirmou Demostenes Torres (DEM-GO), relator do projeto sobre quebra de sigilo telefônico aprovado quarta-feira, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo.

O texto do relator foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça e baseou-se em dois projetos de lei: um do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – o PLS 525/07 – e outro do Poder Executivo (PL 3.272/08), que tramita na Câmara.

Entre as principais alterações propostas, destacam-se a possibilidade de responsabilização e punição de autoridades públicas por vazamento de informações sigilosas obtidas por meio de grampo telefônico e a possibilidade de as conversas do advogado com o réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

Também ficou definido que a decisão do juiz que negar a quebra de sigilo poderá ser objeto de recurso por parte da promotoria.

Conforme explicou Demostenes Torres, a quebra do sigilo

telefônico, autorizada pelo juiz, só poderá ser efetuada por operadoras de telefonia, acabando com a prerrogativa que tinham o Ministério Público e os departamentos de Polícia Civil e Federal mediante autorização judicial. Atualmente, segundo disse Demostenes, muitos desses órgãos têm seu próprio equipamento para realização de grampo.

Para permitir a punição dos responsáveis pelo vazamento de informações sigilosas, o mandado judicial que determinar a quebra do sigilo deverá indicar o nome da autoridade investigante responsável pela execução ou acompanhamento de toda a medida. Também a operadora telefônica terá que informar o nome do profissional responsável pela operação técnica que viabilizou o grampo. De acordo com texto aprovado pela CCJ, deverão ser informados ainda os nomes do juiz, do escrivão e qualquer outra autoridade que tiver acesso às informações contidas no grampo telefônico.



Foto de José Cruz

Investimentos podem chegar a R\$ 42,5 bilhões

Os investimentos programados para 2009 com recursos do Orçamento Fiscal, no projeto orçamentário enviado ao Congresso, totalizam R\$ 38 bilhões (1,19% do PIB), valor próximo ao reprogramado para 2008, de R\$ 37,3 bilhões. Como a proposta traz ainda previsão de R\$ 4,5 bilhões na reserva de contingência primária, destinada a emendas parlamentares, os investimentos podem chegar a R\$ 42,5 bilhões, já que essas sugestões destinam-se majoritariamente para despesas classificadas nesse grupo – normalmente, obras para localidades onde os parlamentares são votados.

A possibilidade de ampliação dos investimentos via emendas parlamentares é indicada em

estudo preliminar da proposta orçamentária, divulgado ontem pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados. Os consultores observam que a margem de investimentos pode ser ainda elevada, já que a projeção desconsidera outros possíveis aportes decorrentes de identificação de receitas não contidas na proposta do governo.

No valor de R\$ 38 bilhões está contida dotação de R\$ 15,6 bilhões (0,48% do PIB) do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), que não conta como despesa primária e não está sujeito a limitação de empenho (bloqueio preventivo dos gastos anunciado pelo governo nos primeiros meses do ano). Na divulgação da

proposta, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, anunciou que, do total dos investimentos do Orçamento Fiscal, R\$ 22,1 bilhões estão relacionados a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que engloba os projetos do PPI.

O valor total da proposta orçamentária para 2009 é de R\$ 1.664,7 trilhão, dos quais R\$ 525,5 bilhões referem-se à rolagem da dívida pública. Descontado esse valor, o orçamento efetivo restringe-se a R\$ 1.139,2 trilhão. Desse montante, R\$ 79,7 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das empresas estatais federais e R\$ 1.059,5 trilhão aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Consultoria realiza seminário sobre transferência de renda

O Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado, em cooperação com o Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo), realiza quinta-feira, dia 4, o seminário Transferência de Renda no Brasil: o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família. Os debates terão a participação da Consultoria Legislativa e pesquisadora visitante do International Poverty Centre Tatiana Britto e do pesquisador dessa instituição e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros.

Os programas de transferência de renda deverão ser avaliados a partir de questões como o efetivo poder de redução da pobreza, o custo financeiro que

pode ser responsável por déficit público e o grau de participação de famílias não enquadradas nos critérios de elegibilidade. Também serão discutidas a eficiência do governo em exigir o cumprimento das contrapartidas por parte dos beneficiários e a criação de mecanismos para reduzir a dependência das transferências de renda.

Para inscreverem-se, os interessados devem encaminhar e-mail para conlegestudos@senado.gov.br com o título “Seminário Bolsa Família”, nome e instituição de trabalho e/ou estudo. A confirmação da inscrição será enviada também por correio eletrônico.

O seminário acontecerá na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Portal LexML dará agilidade a pesquisas legislativas e jurídicas pelo cidadão

Estará disponível para todos os brasileiros, a partir de novembro, o portal LexML, desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) em parceria com órgãos da administração pública que integram a Comunidade TIControl.

O mecanismo visa facilitar a pesquisa de informações legislativas e jurídicas na internet. O sistema encontra-se em consulta pública e ontem foi realizada uma reunião para apresentação do projeto

à sociedade.

Na abertura da reunião, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou que o objetivo é oferecer aos cidadãos informação de maneira mais ágil e transparente e tornar as consultas à legislação mais amplas e dinâmicas.

– Aguardamos que sugestões sejam dadas para o aperfeiçoamento, porque a sociedade se beneficiará por ter mais informações disponíveis. Nossa legislação é intrincada, detalhada, complexa e dinâ-

mica – ressaltou Azeredo.

Já o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, afirmou que o processo automatizado pelo LexML dará mais agilidade e ajudará a reduzir inconsistências no processo legislativo.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, lembrou que a definição de padrões claros é essencial e que hoje o cidadão ainda encontra muita dificuldade para ter acesso a informações do governo.



Na reunião de apresentação, Azeredo (C), Cláudia Lyra (2ª à esq.) e Agaciel (3ª à dir.)

Marcia Kolome



Marina Silva (E) e Marisa, na reunião da Subcomissão para os Fóruns das Águas

Mercosul: Marisa sugere leis comuns para recursos hídricos

Os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – devem buscar harmonizar suas leis sobre o uso dos recursos hídricos, propôs Marisa Serrano (PSDB-MS), relatora da Subcomissão para os Fóruns das Águas, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A senadora sugeriu que o Legislativo busque uma agenda própria nos debates preparatórios para a realização do V Fórum Mundial das Águas, a realizar-se em março de 2009 em Istambul, na Turquia.

Conforme cronograma anunciado durante a reunião da subcomissão, presidida pela senadora Marina Silva (PT-AC), as delegações sul-americanas terão dois encontros preparatórios: o primeiro em Montevidéu, no Uruguai, para tratar de água e

clima; e o segundo em Santiago, no Chile, para debater água e saneamento. De 23 a 25 de novembro, será promovido em Foz do Iguaçu (PR) o Fórum das Águas das Américas. E de 16 a 22 de março do ano que vem ocorrerá o Fórum Mundial, em Istambul.

Marisa recordou que as principais recomendações do último fórum, realizado em 2006 no México, foram a redução de desperdício no uso da água e um melhor gerenciamento mundial dos recursos hídricos.

O Brasil, sugeriu a senadora, pode apresentar aos países vizinhos a sua legislação sobre o uso da água, que ela considera “eficiente” e capaz de subsidiar os debates.

Marina Silva pediu ao senador Renato Casagrande (PSB-ES) que participe do primeiro encontro preparatório.

Senado começa a implantar o Modelo de Gestão Sustentável

O Senado está implantando o Modelo de Gestão Sustentável, com medidas mais eficazes do ponto de vista ecológico, informou ontem o arquiteto do Programa Senado Verde, Mário Hermes Stanzionna Viggiano, em palestra no 3º Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública. O evento, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, acontece no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O novo modelo, explicou Viggiano, está em fase de aprimoramento e a intenção é oferecê-lo, juntamente com treinamento, a outros órgãos governamentais como sugestão de sustentabilidade para prédios públicos.

Entre as ações já implantadas pelo Senado, o arquiteto citou

o aproveitamento da água da chuva; a quantificação da emissão de carbono pela instituição; e a instalação de um viveiro para produção de plantas e de uma composteira para produção de adubo a partir do lixo orgânico produzido pela Casa.

Mário Viggiano relacionou também a instalação de equipamento de tratamento das águas usadas na lavagem de carros, que gerou uma economia de cerca de 60%, e a criação de uma oficina de transformação de materiais, que reaproveita materiais nobres que seriam descartados ou vendidos por valores muito baixos.

Na abertura do fórum, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, destacou que é importante “ecologizar” a administração pública.



Carlos Minc (E) e Rider Nogueira de Brito, presidente do TST; e Mário Viggiano



Evento volta ao Brasil, onde começou em 2001. Desta vez acontecerá em Belém, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro, com expectativa de reunir 120 mil pessoas

Homenagem ao Fórum Social: “Um outro mundo é possível”

A PEDIDO DE José Nery (PSOL-PA), o Plenário realizou ontem sessão especial para homenagear o Fórum Social Mundial que acontecerá em 2009 em Belém. O lema do evento será “Um outro mundo é possível”, e a expectativa é de que o encontro reunirá cerca de 120 mil pessoas, entre representantes de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), 2º vice-presidente do Senado, que presidiu a sessão, boa parte dos debates do fórum, que ocorrerá entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, deverá centrar-se na busca do desenvolvimento sustentado que todos desejam para refrear o desmatamento, preservar a água e a Floresta Amazônica, que detém a maior biodiversidade do planeta.

– O agronegócio está afetando a Amazônia, com seu modelo voraz de crescimento. É preciso dar meia-volta, enquanto isso é possível, e pensar numa modalidade diferente de exploração de riquezas que utilize esses meios, mas não destrua os bens que pertencem a todos – assinou Alvaro.

Nery observou que a capital paraense sediará o evento “para representar o grito de todos os excluídos e inaugurar um novo modelo que combata a injustiça e a exclusão social”.

O senador destacou a importância de o fórum acontecer numa cidade da região pan-amazônica, que abrange nove países, para servir de alerta sobre as consequências do aquecimento global. A região detém as maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo.

Nery disse também que um dos principais objetivos do evento será buscar a libertação do mundo da ditadura do capital, das multinacionais e do neocolonialismo, e tem como pilar inicial o cancelamento da dívida externa dos países mais empobrecidos, para resgatar o que a Humanidade tem de melhor: sua capacidade de sonhar e de realizar o que parece impossível, através da esperança de paz e prosperidade para todos.

Segundo o senador, o fórum também pretende garantir o acesso universal aos bens do mundo, em especial a água, a floresta e as fontes renováveis de energia. José Nery comentou que no Brasil o crescimento econômico tem sido, tradicionalmente, sinônimo de devastação.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a escolha de Belém

como sede do encontro revelou-se “uma medida das mais acertadas” para o estado do Pará e, principalmente, para o Brasil, que voltará a sediar o evento, como nos primeiros anos de criação do fórum.

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu aos organizadores que convidem estudiosos da renda básica da cidadania para debater o tema durante o encontro.

O senador lembrou ter participado de todos os encontros do fórum já realizados, garan-

tando que certamente estará nas reuniões na capital paraense.

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) manifestou sua satisfação em participar da sessão especial, dizendo estar convicta de

que o Congresso, a bancada do Maranhão e todo o povo brasileiro estarão irmanados para assegurar o êxito do encontro de Belém.

Além de Álvaro Dias, compuseram a mesa José Luiz Del Roio, presidente do Comitê Internacional do fórum; Ana Cláudia Cardoso, representante da governadora do Pará (Ana Júlia Carepa); e Tatiana Cibele Oliveira, da Marcha Mundial de Mulheres, organizadora do evento.

José Nery foi o autor do requerimento para a realização da sessão especial do Senado



Alvaro Dias (C) preside a sessão: “Agronegócio está afetando a Amazônia. É preciso dar meia-volta enquanto isso é possível”

“Vários governos assumiram teses do movimento”

Diversos governos, inclusive o brasileiro, já assumiram posições do Fórum Social Mundial e dos movimentos que o formam, disse, na sessão especial da Casa, o senador da Lombardia (Itália) e membro do Conselho da Europa José Luiz Del Roio.

Del Roio, que é brasileiro, lembrou que o embrião do Fórum Social Mundial se formou durante o 2º Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Belém, na mesma ocasião em que na cidade de Seattle (EUA) se combatia nas ruas a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao historiar a criação do

movimento, Del Roio registrou que a partir da década de 90 foram instituídos os fóruns europeu, asiático, americano, da Oceania e o pan-amazônico. Ele disse que na edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre apresentaram-se 155 mil delegados de 151 países do planeta. Foram realizadas mais de 2.500 atividades durante o evento, ao qual compareceram mais de 500 mil pessoas, relatou.

Por sua vez, a representante da organização local do fórum em Belém, Tatiana Cibele da Silva Oliveira, observou que a Amazônia é uma região que sintetiza os temas sociais do

mundo. Ela citou o trabalho escravo, a violação dos direitos humanos, a violência contra a mulher e a grilagem de terra, entre outros.

Já a secretária de Governo do Pará, Ana Cláudia Cardoso, ressaltou que a administração de Ana Júlia Carepa trabalha para atender às demandas relacionadas a problemas estruturais que o estado enfrenta para combater a exclusão social.

Ana Cláudia acrescentou que a governadora busca transformar o Pará em uma terra na qual as pessoas tenham seus direitos respeitados e acreditem que um novo mundo é possível.

J. Freitas

J. Freitas

José Cruz

Parlamentar sugere que chefe do governo reúna os ex-presidentes e lideranças políticas e intelectuais para elaborar amplo acordo em torno de investimento para setor educacional

Cristovam quer pacto para educação liderado por Lula

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) sugeriu, em discurso, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria convidar todos os líderes nacionais, desde os da base governista aos da oposição, os ex-presidentes da República e as lideranças intelectuais de todas as áreas do conhecimento para a elaboração de um pacto em torno de investimentos de longo prazo em educação com recursos da exploração do petróleo localizado na camada pré-sal.

– Que o presidente Lula coordene um trabalho, um grande pacto nacional sobre o que fazer com a chance que o Brasil está tendo agora. E esse pacto não tem sentido se for apenas de alguns, ainda mais se forem só do governo. O pacto só existe quando a gente põe



Cristovam defende projeto de longa duração

do Planalto, na manhã de ontem, quando Lula falou sobre a “realidade brasileira e as projeções para o futuro do país”. Ele se disse emocionado ao ouvir o destaque dado pelo presidente aos investimentos em educação.

O senador explicou que a Irlanda foi a pioneira nesse tipo de projeto, quando, ao entrar para a Comunidade Européia, aquele país elaborou um plano estratégico para a educação que perpassou vários governos e não

foi modificado. – É preciso um projeto que atavesse os próximos governos, que dure trinta ou quarenta anos, mas que não mudemos alguns compromissos fundamentais – afirmou.

junto os a favor e os contra, os que representam todos os 180 milhões de brasileiros – disse.

Cristovam comunicou sua participação na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio



Antonio Cruz/Agência Brasil

Presídios com excesso de internos, uma realidade brasileira

Arte da Amazônia terá museu, afirma Jefferson

Jefferson Praia (PDT-AM) informou em Plenário que o futuro Museu de Arte e Imaginário da Amazônia, a ser inaugurado dentro de dois anos em Manaus, já conta com mais de 800 peças de arte indígena. O senador disse que foi aberta no Manaus Shopping exposição de oito artistas indígenas, de seis etnias, que destinará 70% de suas vendas ao futuro museu.

A exposição conta com mais de cem obras em lâminas de madeira, que imitam as curvas dos rios, os igarapés e as aves da Amazônia. Ele informou que o talento dos oito artistas foi aperfeiçoado em três anos de aprendizagem no Instituto Dirson Costa de Arte e Cultura.

Jefferson Praia lembrou que em 2005, quando ocupava o cargo de secretário do Trabalho da capital do estado, inaugurou a Feira Pukaá de Artesanato, Gastronomia e Cultura, de 17 etnias indígenas habitantes de Manaus. Desde então, a feira é realizada anualmente.



Jefferson Praia informa que empreendimento será inaugurado dentro de dois anos, em Manaus

PF precisa esclarecer denúncia, diz Heráclito

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu esclarecimentos à Polícia Federal sobre denúncia publicada pela revista *Época* de acobertamento de dirigente petista em investigação do órgão.

Na matéria, a PF é acusada de não grampear o telefone do secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Romênio Pereira, durante a operação João de Barro, que desarticulou quadrilha que desviava recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Esse fato precisa ser esclarecido, porque, se for verdadeiro, a segurança jurídica no país está comprometida – disse Heráclito.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu declaração em que Romênio Pereira diz ter mantido contato com João Carlos de Carvalho — apontado pela PF como um dos chefes do esquema —, mas garante não ter intermediado liberação de verba pública.



Heráclito quer saber se a PF acobertou dirigente petista, conforme afirma a revista *Época*

José Maranhão: penitenciária de Guarabira é exemplo a seguir

O senador José Maranhão (PMDB-PB) disse ontem que a solução para o “apagão penitenciário” no Brasil pode vir de Guarabira, pequena cidade do interior da Paraíba. Ele explicou que, com apoio do Tribunal de Justiça do estado, da comarca e da comunidade, foi possível renovar as práticas de execução penal e completar mais de três anos sem fugas ou atos de violência por parte dos detentos da penitenciária local.

Maranhão disse que, por meio de programas na Rádio Difusora Alternativa Esperança, com a participação da magistratura e da promotoria, são repassadas informações e notícias sobre os critérios para progressão de pena, as decisões tomadas nesse âmbito e recados entre os detentos e seus familiares. Além disso, acrescentou o senador, os presos de bom comportamento são autorizados a trabalhar em obras públicas de interesse comunitário.

– Nesses casos, não há vigi-



Gerardo Magalhães

Segundo Maranhão, experiência na Paraíba renovou a execução penal

lância, nem supervisão direta. A localização dos grupos de trabalho é feita por monitoramento remoto, realizado por meio de tornozeleira eletrônica, outra novidade cujos testes estão retornando ótimos resultados. As tarefas dos presos, remuneradas, já iniciam o processo de recolocação do recluso no mundo do trabalho e também contam como critério para progressão de pena, por exemplo, para o regime semi-aberto – informou o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • José Nery • Augusto Botelho • Virgínio de Carvalho • Jefferson Praia • José Maranhão

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Nery: violência contra filiados ao PSOL no Pará

Atos de violência cometidos na cidade de Cametá (PA) contra membros da Associação de Moradores da Comunidade de Castanhal filiados ao PSOL foram denunciados por José Nery (PSOL-PA).

O senador informou que irá pedir providências à governadora do estado, Ana Júlia Carepa (PT), de quem assumiu o mandato como suplente.

José Nery afirmou que a agressão se deu depois da exibição, na sede do PSOL no estado, de slides mostrando a violência da Polícia Militar ao cumprir ordem de reintegração de posse nas terras onde ficava o acampamento denominado Resistência do Ajó.

Entre as arbitrariedades, ele denunciou a prisão de um filiado ao partido e o espancamento de outros três, além de danos em veículos particulares.

O senador denunciou ainda ameaça de morte ao funcionário público José Pessoa Rego Lobo, também do PSOL. As ameaças, de acordo com José Nery, foram feitas pelo chefe de segurança da prefeitura, conhecido pelo apelido de Coré.

– É lamentável continuar acontecendo nos dias de hoje a violência dos tempos da ditadura – frisou.

Defensoria

O senador parabenizou o defensor público Antonio Alberto Figueiredo Cardoso, que tomou posse na quarta-feira como defensor público-geral do estado.

José Nery justificou sua ausência na posse por estar acompanhando o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da manutenção da demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele destacou as atividades do novo defensor público-geral na defesa dos direitos humanos e dos mais pobres e excluídos no estado.

O senador também exaltou o voto do ministro Ayres Britto, do Supremo, relator da ação que questiona a demarcação da reserva. Para Nery, o voto, favorável à manutenção da reserva em área contínua, foi “magistral, detalhado, consistente e incontestável”.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o relatório mostra que a área deve ser contínua porque a Constituição assim o estabelece.

Senador manifesta descontentamento com voto do ministro Carlos Ayres Britto no julgamento de ação sobre a área indígena Raposa Serra do Sol



Índios assistem, no Plenário do Supremo Tribunal Federal, à sessão de julgamento, que foi adiado devido a pedido de vista

Augusto discorda de voto a favor de reserva contínua

AO MANIFESTAR SEU descontentamento com o voto dado na quarta-feira pelo ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ação sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo aos demais ministros do Supremo para que analisem melhor a questão. Ayres Britto considerou constitucional a demarcação de forma contínua. Augusto defende a demarcação, do mesmo modo que o governo de Roraima e os produtores de arroz, em forma de ilhas, o que permitiria a permanência de famílias de não-índios. Devido a pedido de



Augusto quer a permanência de não-índios em reserva de Roraima

vista de Carlos Alberto Menezes Direito, a manifestação do voto dos demais ministros foi adiada.

– Espero que o Supremo deci-

da que a União não poderá mais chegar em um estado, pegar um pedaço de área e definir: essa área aqui vai ser terra indígena, sem ouvir quem vive no local há muitas gerações. As decisões devem passar por assembleias estaduais, Senado Federal e Câmara dos Deputados. O povo precisa opinar – argumentou.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu o apoio dos senadores para a inclusão, na pauta da Comissão de Justiça, da Proposta de Emenda à Constituição 86/03, de Gerson Camata (PMDB-ES), que submete à aprovação prévia do Senado a criação de unidades federais de conservação da natureza.

Raupp defende MP para evitar que agricultores percam terra

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que seu estado vem enfrentando um “verdadeiro caos” fundiário desde que foi iniciado um movimento do Inbra para reaver terras de agricultores com títulos provisórios de posse e que atrasaram parcelas do pagamento. Na opinião do senador, é necessária a edição de uma medida provisória para solucionar o problema.

O parlamentar lamentou o fato de o impasse vir evoluindo “a passos largos, sem que o

governo federal apazigüe os ânimos em busca de uma saída”. Ele mencionou a insegurança jurídica que vem afetando o setor produtivo por causa da ameaça de perda das terras e acrescentou que poucos agricultores estão conseguindo crédito.

Raupp relatou encontros com autoridades em Brasília e elogiou a disposição do ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, de buscar soluções para a regulamentação fundiária na Amazônia. Também



Raupp: Inbra deve regularizar situação de inadimplentes

citou a disposição do presidente do Inbra, Rolf Hackbart, de dar prazo, ao que tudo indica, de três anos para que os agricultores regularizem a situação e quitem as parcelas em atraso.

Flexa Ribeiro acusa governadora de obstruir votação de relatório

Carepa, de obstruir a votação do relatório de Papaléo Paes (PSDB-AP), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre a morte de mais de 200 recém-nascidos na Santa Casa de Misericórdia de Belém. O documento traz as conclusões da comissão de senadores que visitou o hospital.

– O relatório é contundente ao afirmar que houve omissão e falta de gestão do governo

estadual na Santa Casa. É isso que a governadora não quer que a CAS aprove. No dia 10, colocaremos em votação. Eu quero ver quem vai votar a favor da morte de crianças.

Flexa Ribeiro ressaltou que pareceres do Tribunal de Contas do estado e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apontaram a omissão do governo do Pará no caso.



Flexa Ribeiro: omissão do governo do Pará levou à morte 200 recém-nascidos

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou a governadora do seu estado, Ana Júlia

Camata sugere que café seja servido na escola

Gerson Camata (PMDB-ES) leu em Plenário carta da pesquisadora Roseane Santos, do Departamento de Ciências e Farmácia da Universidade de Savannah, da Geórgia (EUA), a respeito do resultado de pesquisas sobre o uso de café por estudantes, apresentado em encontro anual da área. Ela diz que, ao final da discussão, foi feita uma recomendação às escolas americanas para incluir o café nas refeições oferecidas aos alunos.

Autora de um livro sobre o café, a professora observa que a recomendação leva em conta os últimos estudos científicos comprovando que a bebida traz alguns benefícios à saúde, ajudando no combate à cirrose e na prevenção de obesidade dos estudantes e de sintomas de depressão. O senador pediu que a Comissão de Educação do Senado vote projeto de sua autoria que obriga as escolas brasileiras a incluírem o café na merenda escolar.

Rodovia

Gerson Camata informou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, exposição de 70 minutos durante reunião do Conselho Político, com a presença de alguns senadores, sobre a duplicação da BR-262. A estrada vai de Vitória à divisa do Espírito Santo com Minas Gerais e deve ser incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PA).

O senador citou alguns números apresentados pelo presidente. Os investimentos públicos e privados até 2011 somarão R\$ 1,5 trilhão: R\$ 627 bilhões na área de serviços; R\$ 304 bilhões em infra-estrutura; R\$ 535 bilhões na construção civil; e R\$ 45 bilhões na agropecuária.

Em aparte, Renato Casagrande (PSB-ES), que também participou do encontro no Palácio do Planalto, lembrou que o presidente Lula estará na terça-feira, no Espírito Santo, durante solenidade sobre a primeira exploração experimental de petróleo da camada de pré-sal, na plataforma marítima do Sul do estado.



Estudos indicam que o café previne depressão, diz Camata

Senador defende isenção de impostos na importação, produção e comercialização, além de redução dos custos portuários e extinção de cobrança de 25% sobre frete



Edson Rodrigues/Secom-MT

Estudo da Fundação Getúlio Vargas citado pelo senador registra que insumos tiveram alta de 83,2% em um ano

Neuto de Conto quer reduzir o preço dos fertilizantes

O SENADOR NEUTO de Conto (PMDB-SC) disse que o Brasil precisa combater com urgência o aumento de preço dos fertilizantes, que tiveram reajuste de 83,2% entre junho de 2007 e junho de 2008, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, citados pelo senador.

O parlamentar recomendou a adoção de alíquota zero ou a isenção de impostos na importação, produção e comercialização de fertilizantes, e a extinção da cobrança do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – de 25% sobre o valor do frete marítimo –, além da redução dos custos portuários.

O aumento da produção nacional também foi sugerido por Neuto de Conto. Segundo ele, a Petrobras pode e deve incrementar a produção de amônia e fertilizantes nitrogenados, com base no gás natural, de cuja importação o país ainda depende em proporção elevada.

– Reservas há pouco descobertas, principalmente na Bacia de Santos, devem, entretanto, alterar substancialmente essa dependência. Outras matérias-primas essenciais para a produção de fertilizantes são o fósforo e o potássio – disse.

No caso do fósforo, afirmou o senador por Santa Catarina, o Brasil vive uma situação “anômala”. Apesar de o país contar com reservas do mineral, a indústria nacional, por falta de boas condições de logística e tributação, prefere produzi-lo no Marrocos e depois importá-lo.

Em relação ao potássio, Neuto de Conto registrou que o Brasil dispõe de apenas uma reserva, em Sergipe, que produz 10% do consumo nacional. A descoberta de uma mina de potássio no Amazonas pode mudar essa situação, mas somente após a realização de análises técnicas e ambientais.

Neuto de Conto frisou que a elevação des-

controlada dos preços dos fertilizantes está corroendo, se não simplesmente anulando, os ganhos obtidos com o aumento da produtividade e com a elevação dos preços das mercadorias agrícolas.

Entre a safra 2003/04 e a de 2007/08, o percentual dos fertilizantes nos custos de produção do trigo subiu de 18% para 26,5%; de soja, de 12% para 17,5%; e de milho, de 21,5% para 29%. Conforme o senador, esses números fazem parte de um estudo da Companhia Nacional de Abastecimento.



Mário Couto propõe boicote para pressionar Câmara dos Deputados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) propôs boicote às votações no Senado a partir de 7 de outubro, caso não sejam votados na Câmara dos Deputados dois projetos de interesse dos aposentados. Um deles, o PLC 42/07, do Executivo, foi alterado no Senado, que aprovou emenda de Paulo Paim (PT-RS) estendendo às aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo. O outro (PLS 296/03), de Paim, extingue o fator previdenciário no cálculo das aposentadorias.

– É boicote puro, declarado. Ou votam lá ou não tem mais votação aqui, com raríssimas exceções: aquelas que possam prejudicar a população brasileira – disse.

O senador propôs ainda uma vigília programada, “com prazo para começar e para terminar”, caso o boicote não sensibilize os deputados. Se a iniciativa não surtir efeito, Mário Couto defendeu a realização de marcha de aposentados e senadores ao Palácio do Planalto para audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mário Couto também criticou o aumento da violência no Pará,



Fotos de Gerardo Magalhães

Mário Couto: projetos que beneficiam aposentados precisam ser votados logo

sobretudo com a proximidade das eleições municipais. Ele lamentou o assalto ocorrido no escritório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na capital paraense, além das agressões sofridas por um pescador em Salvaterra, na Ilha de Marajó.

Mário Couto voltou a manifestar preocupação com as más condições de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde morreram este ano 280 recém-nascidos.

O parlamentar lembrou ainda que em 7 de maio fez pronunciamiento para denunciar as precárias condições de funcionamento daquele hospital.

Renan destaca execução das obras do PAC em Alagoas

Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou da tribuna a implementação de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Alagoas. O senador destacou a obra do Canal do Sertão, para a qual o Ministério da Integração Nacional já reservou R\$ 1 bilhão, destinado a adutoras e barragens, além da ampliação da rede de água e de saneamento básico. Segundo afirmou, o Canal do Sertão vai atender, direta ou indiretamente, a 40 municípios da região.

– De Delmiro Gouveia até Arapiraca, 1 milhão de pessoas serão beneficiadas, com água de boa qualidade para consumo humano e animal, irrigação e piscicultura – assinalou.

Até 2010, informou Renan, serão investidos R\$ 2,6 bilhões de recursos federais na área de infra-estrutura. Alagoas deverá receber também projetos da iniciativa privada da ordem de R\$ 6 bilhões.

O senador anunciou que a primeira obra do PAC no Nordeste será inaugurada em outubro próximo, com a presença do presidente Lula. Trata-se da adutora Helenildo Ribeiro, entre



Renan: primeira obra do programa no Nordeste será inaugurada no estado

Palmeira dos Índios e Quebrangulo, onde foram investidos R\$ 67 milhões. O município de Palmeira dos Índios, conforme o parlamentar, destaca-se pela importância da atividade agrícola.

Outro empreendimento citado por Renan é o metrô de superfície ligando Utinga, em Rio Largo, até o bairro de Mangabeiras, em Maceió. Ele disse que foi informado na quarta-feira pelo presidente Lula que o metrô de Maceió será incluído no PAC e já tem autorizado um aporte de R\$ 30 milhões para a primeira fase do projeto.

Roseana comemora sanção de projeto sobre aulas de música



A sanção pelo presidente Lula de projeto que torna obrigatório o ensino de música na educação básica foi anunciada por Roseana Sarney (PMDB-MA), autora da proposta. A lei foi sancionada no dia 14 com um único veto, o que obrigava os professores a terem formação específica na área.

Para a senadora, o veto faz sentido, pois sua intenção é que a im-

plantação do ensino de música ocorra no menor tempo possível. Ela explicou que o objetivo da proposta é ampliar o aprendizado básico, particularmente para os mais carentes. Citou estudos e pesquisas mostrando que a música amplia a capacidade de entender e apreender informações, além de contribuir para o desenvolvimento psicomotor, emocional e afetivo.

– A música é oferta ampla e cada vez mais igualitária do conhecimento, é o melhor caminho para combater a exclusão e garantir direitos

e oportunidades para todos – afirmou.

Roseana trouxe o exemplo da Escola de Música da Fundação José Sarney, em São Luís, com 600 alunos por ano. Agradeceu a todos que apoiaram o projeto, como o deputado e cantor Frank Aguiar, relator da matéria na Câmara; os músicos Francis e Olívia Hime, Wagner Tiso e Felipe Radicetti; e integrantes do Ministério da Educação. Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) disse que, com a nova lei, “o brasileiro vai ganhar e melhorar a sua espiritualidade”.